



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: ALFREDINHO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 24/02/2016

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Tumulto
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) - Com a presença dos Srs. Vereadores: Toninho Vespoli, Ari Friedenbach e Nelo Rodolfo, declaro abertos os trabalhos da 1ª Audiência Pública que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, realiza no ano 2016, com o objetivo de expor e debater o Projeto de Lei 713/15, do Executivo.

Informo que essa audiência esta sendo transmitida através do portal da Câmara – www.camara.sp.gov.br, links TV Câmara, Auditórios On-Line.

Para compor a mesa, convido a Sra. Marcela Tapajós, Chefe de Gabinete da Secretaria de Gestão.

Com a palavra a Sra. Marcela Tapajós.

A SRA. MARCELA TAPAJÓS – Obrigada nobre Vereador Alfredinho, Presidente da mesa; cumprimento demais vereadores presentes. Início nossa exposição, que será breve, porque esse assunto já foi bastante discutido, inclusive nessa Casa, pelo menos, por duas vezes estivemos aqui em audiências públicas tratando dessa questão. O próprio Secretário Valter, já veio. Hoje ele não pode está por uma questão de agenda da Secretaria.

Hoje estamos falando de uma carreira cujo salário inicial, um engenheiro da Prefeitura em início de carreira, ganha R\$ 2.507,30. Essa situação que não podemos permitir que continue. Precisamos muito da aprovação desse plano. Tanto a Prefeitura do Município de São Paulo, tanto os servidores, quanto os munícipes que precisam de engenheiros em condições mais preparados, em maior número para estar prestando serviços à população.

Esse projeto de lei é absolutamente prioritário, será uma grande derrota, se não conseguirmos promover a qualificação dessa carreira e das remunerações.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Peço aos presentes que façam silêncio e as manifestações aconteçam após a fala da oradora. A Sra. Marcela Tapajós está com a palavra.

A SRA. MACELA TAPAJÓS – O que estamos propondo, é justamente a melhoria dessa remuneração, de modo que ela passe a ter um valor total de R\$ 7.032,90.

Também estamos propondo um PL que ofereça mais perspectiva de desenvolvimento na carreira para esses servidores, de modo que a tabela em seu salário alcança os valores de R\$ 18.470,38.

Estamos ajustando as regras de progressão e promoção de modo a ter um ritmo adequado de desenvolvimento na carreira, também com requisitos de titulação e capacitação e estamos implementando uma inovação que é o modelo de inovação que é um modelo de remuneração por subsídio que tem diversas vantagens.

Ao longo de toda negociação buscamos ao máximo fazer uma estrutura de carreira possível...

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Por favor, em regime democrático, temos de aprender a ouvir as pessoas. Mesmo que não concorde, mas o importante é ouvir. Todos terão a oportunidade de falar. Os contrários e os que são a favor.

A Sra. Marcela Tapajós está com a palavra.

A SRA. MACELA TAPAJÓS – Continuando, vimos avançando no sentido de cada vez mais fazer uma proposta de reestruturação de carreira, que além de qualificar essa carreira, a gestão entende que é necessário para tocar a máquina, mas também ir ao encontro das expectativas que estavam colocadas na mesa. E por isso contemplamos algumas alterações nesse novo PL apresentado. Vale dizer que já tínhamos encaminhado um projeto de lei, em junho de 2015. Esse PL foi retirado. O dialogo teve continuidade, e por conta disso reapresentamos esse PL 713, com algumas alterações que destaco no momento.

A principal delas é a mudança do nome do quadro. Originalmente a proposta contemplava o quadro de analistas de desenvolvimento urbano. A partir de uma reivindicação colocada por todas as entidades com quem dialogamos, passou a denominar esse quadro então, de quadro de profissionais de engenharia, arquitetura, agronomia, e geologia, que foi

outra inovação, outra alteração que colocamos, que foi inserção dos geólogos. Foi um dos questionamentos que a gente tinha recebido da importância deles estarem contemplados nesse quadro. Foi por isso que consideramos essa alteração e o principal disso, é a questão da identidade dessas profissões, que são regulamentadas em nível Federal, nacional. Daí porque, também, foi uma das outras questões que foram colocadas como cruciais na mesa de negociação, foi que houvesse uma previsão expressa nesse PL de que a Prefeitura do Município de São Paulo, seguiria ao definir as atribuições desse conjunto de profissionais, a Legislação Federal, regulamentadora da carreira dessas profissões. E foi por isso, que inserimos um artigo para tratar disso, colocando que ao lado das atribuições, das atividades que são peculiares da Prefeitura, dos seus processos de trabalho, mas na essência as atribuições desses profissionais são aquelas previstas na legislação profissional federal. Então, colocamos essa previsão.

Também garantimos as regras de progressão e funcional para quem cumpriu os requisitos necessários já em junho de 2016, outra alteração importante. Então, submetemos uma nova versão do PL ao crivo das entidades e construímos um protocolo que teve a assinatura de quatro entidades. Tivemos as assinaturas do Ciesp, Cijesp, Sindsep e da Fetam.

Temos a expectativa de que esse PL possa ser aprovado, porque como a gente disse no início, temos um quadro de profissionais, de engenheiros, de arquitetos, de agrônomos e de geólogos e é absolutamente prioritário que mudemos essas remunerações e promovamos essas melhoras.

Volto a ressaltar, com as duas parcelas que estamos prevendo nesse PL, a remuneração inicial passará dos atuais R\$ 2.500,00 para R\$ 7.032,90, podendo alcançar no final de carreira o valor que hoje, na tabela, seria o de R\$ 7.404,00. Poderíamos alcançar, na tabela, um valor de R\$ 18.470,38. Naturalmente, essa é uma proposta que foi bastante discutida com as entidades.

- Manifestações no recinto.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Silêncio, silêncio, pessoal. Com calma, conseguiremos realizar a audiência pública, debatendo e tirando todas as dúvidas. Todos irão falar.

A SRA. MACELA TAPAJÓS – Os ganhos não foram igualitários, é verdade, porque estamos num processo de reestruturação de carreira e não de reajuste geral. É isso o que temos feito em todos os quadros, essas reestruturações são extremamente importantes para que consigamos corrigir distorções que sangram a Prefeitura. A gente acredita, então, que esse PL vá promover e ajudar muito não só os servidores, mas principalmente ajudar a Prefeitura a contratar profissionais qualificados para prestar um serviço público melhor.

Em linhas gerais é isso, Vereador.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Muito obrigado, Marcela. Consulto os Srs. Vereadores que compõem a Mesa para ver se querem fazer uso da palavra para, em seguida, abrimos para as pessoas falarem.

Tem a palavra o Vereador Toninho Vespoli. Procure falar no máximo cinco minutos para que o pessoal do plenário disponha de um tempo maior para se manifestar.

O SR. TONINHO VESPOLI – Cumprimento o Vereador Alfredinho, que está presidindo a Comissão; o Vereador Ari Friedenbach; e a Marcela Tapajós, representando a Secretaria de Gestão.

Algumas questões já estão bem claras. Concordo que precisamos melhorar as condições dos servidores iniciais. É lamentável, inclusive, o Governo dividir a categoria dessa forma.

- Aplausos no recinto.

O SR. TONINHO VESPOLI – Deveria atender parte das reivindicações, que são legítimas e concordo com elas, porque não tem como uma pessoa prestar um serviço público

com um salário tão baixo. Deve haver algum motivo para que esses governos todos passados desvalorizassem cada vez mais o servidor público e o serviço público para privatizar e terceirizar os serviços. Devemos, sim, aumentar o valor dos iniciais para que a carreira seja atrativa para as pessoas que estão se formando.

- Aplausos no recinto.

O SR. TONINHO VESPOLI – Agora sim, quero lamentar que o Governo Haddad cada vez mais se submeta ao ideário tucano de governar, com uma forma de privatização e terceirização dos serviços públicos, de subsídio à aposentadoria complementar e falta de condições de trabalho. Falar de aposentadoria complementar é dizer que o Estado está se desresponsabilizando da aposentadoria, que é um direito de todo trabalhador brasileiro. Vejam o que aconteceu na Argentina com a aposentadoria complementar.

Então, sou a favor do aumento dos iniciais, mas precisamos resolver alguns problemas nesse PL. Não dá para admitir que algumas questões fiquem como estão. Por exemplo, como iremos admitir subsídio com uma inflação tão alta como a que estamos vivendo e sem uma política de remuneração? Isso quer dizer que até os iniciais podem ter um aumento significativo agora e concordo com isso, mas nos próximos três, quatro, cinco ou seis anos esse aumento por conta da inflação foi deteriorado e não se tem mais a sexta parte e outros elementos que ajudam a remuneração do trabalhador, inclusive inicial.

- Manifestações no recinto.

O SR. TONINHO VESPOLI – Outro elemento importante que temos de discutir é a situação dos admitidos e dos não optantes. Não vai contar agora a questão da passagem da carreira para os não optantes? Esses não são servidores públicos? E a quebra de paridade entre os aposentados e os ativos? Ao dizer isso não estou protegendo nem um lado e nem outro.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Silêncio, por favor. Deixem o Vereador concluir

sua fala.

O SR. TONINHO VESPOLI – Sou professor da rede municipal e estou no início de carreira. Meu salário na Prefeitura Municipal de São Paulo - estou vereador há três anos - é na faixa de 3.200 reais. Há professores que ganham de seis a sete mil reais, só que eles se dedicaram à função pública.

É um direito nosso ganhar bem sim, mas temos de olhar a carreira pública e não somente as pessoas. Temos de valorizar a carreira pública, porque valorizá-la significa lutar contra essa visão neoliberal de terceirização e quarteirização do serviço público.

Não temos de nos dividir e sim nos unificarmos em um PL que contemple as duas partes: o aumento dos iniciais e as reivindicações dos coletivos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

- Manifestações no recinto.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Muito obrigado, Vereador Toninho Vespoli.

Tem a palavra o Vereador Ari Friedenbach.

O SR. ARI FRIEDENBACH – Boa tarde a todos. Minha fala será mais breve.

Fazendo coro com o Vereador Toninho Vespoli, algo que precisamos procurar fazer realmente é unir a categoria. Existem reivindicações dos dois lados bastante pertinentes. Precisamos buscar aqui na Casa um projeto que contemple as duas partes; não podemos dividir todos vocês em duas partes.

É preciso beneficiar os que são novos na carreira e tem de se cuidar dos que estão há mais tempo. A nossa busca está sendo por um projeto que não divida a categoria, como acontece com os torcedores do Corinthians e Palmeiras.

Em vez de ficarmos perdendo muito tempo, deixem que eu fale rapidamente para que vocês tenham oportunidade de se manifestar também, o que é mais importante do que os nossos discursos. A única coisa que eu queria dizer para os que estão novos na carreira é que

é da maior importância ser valorizado e obviamente ter um salário decente. Ninguém faz um curso universitário para ganhar uma miséria.

Agora, vocês que se dedicaram também devem ser cuidados, ou seja, temos de olhar os dois lados. Não se trata de um ganhar e o outro perder, todos têm de sair ganhando nessa história.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Muito obrigado, Vereador Ari Friedenbach.

Passemos aos inscritos, o primeiro orador é o Sr. João Amaro, do SIAN, para falar contrariamente ao projeto.

O SR. JOÃO AMARO – Cumprimento toda a Mesa e os presentes: novos, médios e finais de carreira, porque a nossa categoria assim entende que seja uma só. A SIAN defende o pleito dos iniciais, porque pediu há mais de três anos e os 8,5 mil reais foram implantados.

A SIAN defende o pleito de todos. Essa divisão é uma manipulação de alguns que querem locupletar a nossa categoria. Conquistaremos para vocês novamente esses 8,5 mil reais. Estamos lutando por vocês, por vocês e por vocês e vamos ganhar.

Não tem esse negócio de dizer que o discurso da representante em relação à questão da remuneração inicial trazer pessoas competentes. Eu quero dizer uma coisa: a remuneração inicial tem de ser sim 8.500. Aliás, o nosso projeto se refere a mais de 8.500 e sim 8.800 reais.

Mas, experiência na área pública não vem de fora, se aprende aqui dentro. Não tenham experiência na área pública lá fora, esse projeto é contra a experiência profissional. Isso agride todos nós, que somos da carreira de engenheiros e arquitetos. Independente de a área ser pública ou não, a carreira é calcada em experiência profissional. Quando vocês forem mais experientes também irão querer progredir.

Esse projeto fere a lei profissional do CREA e do CAU. Não estão descritas todas as atribuições de engenheiros e arquitetos, e eu vou protocolar tudo isso aqui na Comissão.

Inclusive, já notificamos o CREA e o CAU sobre a falta das atribuições no projeto.

Quero ler rapidamente para vocês uma decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul contra a cidade de Alecrim.

“Existe um recurso extraordinário no Supremo sobre essa decisão, no qual se contesta a decisão judicial que considerou inconstitucional a Lei Municipal que concedeu gratificação de férias, 13º salário e verba de representação para Prefeito e Vice-Prefeito.

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul entendeu que a lei do Município de Alecrim afrontou dispositivo constitucional que determina que o detentor de mandato eletivo deve ser pago exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória”.

Por enquanto isso é para cargo eletivo. E já tem dois pareceres no Supremo a favor dessa decisão. Isso pode ser estendido ao funcionário público. Então essa lei pode ser um golpe mortal contra o servidor remunerado. Isso é um golpe! Não pode passar subsídio. Vocês todos vão ser prejudicados futuramente. Anotem aí quem não acredita. Entrem na internet, no Supremo – RE650898.

Já são mais de 1500 assinaturas contra subsídios. Aqui, representa a maioria da categoria. Nós somos a maioria! São 1500 assinaturas!

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Para falar favoravelmente, tem a palavra a Sra. Cida, do Sindesp.

- Manifestação na galeria.

A SRA. CIDA – Boa tarde a todos. Pela segunda vez estamos em audiência pública para tratar de projeto de reestruturação de carreira.

- Manifestação na galeria.

A SRA. CIDA – Gostaria que garantissem o tempo. Para cada gritaria ali, um tempo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Eu vou descontar o tempo, e vou dar, democraticamente, três minutos, aos quais todos terão direitos.

- Manifestação na galeria.

A SRA. CIDA – É por isso que a gente não fica fazendo muito jogo-jogo, que é para a gente não perder tempo de fala.

São três anos de negociação. Desde setembro de 2014, o Governo apresentou a primeira proposta na mesa de negociação, da qual eu fiz parte, assim como vários outros colegas, a partir das entidades que representam, representando os trabalhadores, e houve grandes avanços no 312, no 507; em relação ao 311 houve um certo problema, porque não passou pela mesa de negociação propriamente dita, porque era uma carreira nova. E aí tivemos a retirada dos engenheiros e arquitetos e agrônomos do projeto 312, com o compromisso de negociação a partir de 2015. Nesse processo, a gente avançou, em especial nas tabelas e em algumas questões internas ao projeto específicas, que todos aqui já devem ter lido, então devem saber: subsídio é apenas a remuneração em parcela única. Ou seja, não é ele que paga as minhas contas, os que pagam as minhas contas são os reais que estão por trás, seja dos vencimentos, seja do subsídio...

- Manifestação na galeria.

A SRA. CIDA – Mais que isso, a gente conquistou uma coisa com que ninguém estava preocupado: a progressão exclusivamente por tempo. Isso porque a atual carreira rouba tempo remuneratório, porque tem a progressão em junho, mas a gente completa 24 meses no ano anterior. E o efeito remuneratório é depois. Então a estrutura de carreira proposta pelo patronato, por incrível que pareça, é melhor que o substitutivo.

- Manifestação na galeria.

A SRA. CIDA – Para finalizar: o concurso público foi suspenso em novembro porque você não faz concurso com 1800 reais no inicial da carreira. Isso é um problema, porque nós estamos com aproximadamente 600 servidores às portas da aposentadoria, e isso

é gestão pública, isso é se preocupar com a carreira, isso é o que os Vereadores têm que olhar.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Eu estou descontando porque ela foi interrompida.

- Manifestação na galeria.

A SRA. CIDA – O 305 foi arquivado, e nós ficamos sem nada. Foi muito difícil colocar o 713 de volta. O 713 é uma possibilidade. Não há acordo contra a possibilidade de reestruturação da nossa carreira, a estrutura é mais interessante, os valores oferecidos são mais interessantes. Mas, é claro, com mais de 10 mil reais no bolso, achar que a reestruturação é ruim.

- Manifestação na galeria.

A SRA. CIDA – A gente perdeu a retroatividade. Isso pesa no bolso de quem ganha três mil reais hoje.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Pessoal!

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra, para falar contrariamente, o Sr. Victor Chinaglia, do SASP.

O SR. VICTOR CHINAGLIA – Victor Chinaglia, do Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo, entidade combativa!

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Vamos garantir o horário do companheiro.

O SR. VICTOR CHINAGLIA – Em primeiro lugar, queria cumprimentar a Marcela, porque, a última vez, vocês fizeram para assinar um acordo, e não compareceram, num

verdadeiro samba do Arnesto. Vocês deram um “sambarilove” nas duas entidades! Na (Ininteligível) e no Sasp! E quem assinou o acordo foi o sindicato chapa branca. Mas, quando eu saí no Metrô Anhangabaú e olhei para a Bandeira do Brasil, aquilo me deu força para vir para cá, que eu queria saber com qual PT que eu iria conversar – com o PT das bases, que é aquela conversa que eu tive com o Vereador Alfredinho no gabinete dele ou o PT do governo pelego, que quer destruir a engenharia e a arquitetura pública do Brasil! O que o Sr. Valter Correia está fazendo é típico do que fazem aqueles que estão criticando. É a mesma política de destruição da carreira de engenheiros e arquitetos públicos do Brasil, não só de São Paulo, porque todos estão esperando o resultado da aqui – é a CET, a MTU, CDHU. E eu vou morrer de pé, não vou ficar de joelhos para esse governo! E a categoria está aqui para provar. Seria bom que esse governo Haddad e esse sindicato chapa branca, pelego, retornassem às bases, na luta do PT que vocês estão jogando no lixo! Traidores! Viva a categoria!

—
- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Quero informar que as inscrições estão encerradas.

Para falar favoravelmente, tem a palavra o Sr. Ângelo, arquiteto da Cehab.

O SR. ÂNGELO – Do ponto de vista de sindicalista que eu já fui, esse é o dia mais triste da minha vida.

- Manifestação na galeria.

O SR. ÂNGELO – Onde foi aquela assembleia em que todos nós estivemos reunidos para decidir se nós queríamos ou não queríamos o subsídio, se queríamos ou não queríamos a carreira nova. Ninguém chamou uma assembleia unificada, e estamos aqui fazendo feio na frente do Srs. Vereadores.

Queria agradecer aos Vereadores pela oportunidade de expor o meu posicionamento.

Triste falar em fim de carreira – S13? Incorporei um cargo de coordenador, exerci a

subprefeitura por tempo suficiente para incorporar o cargo, mas optei pelo regime de subsídio, então não incorporei o cargo de subprefeito. E eu queria cumprimentar o Vereador Toninho Vespoli, porque ele resumiu bastante bem os problemas que tem esse projeto de lei. Não obstante, sou a favor de que ele seja aprovado tal qual está, por uma questão...

- Manifestação na galeria.

O SR. ÂNGELO – Por uma questão de urgência. Estamos sem reajuste há 11 anos. Tivemos a oportunidade de ter um reajuste há um ano. O período de carência eleitoral está aí. Todos nós sabemos que qualquer medida, qualquer substitutivo que mexa com despesa tem vício de origem. Quer dizer, não dá para ficar fazendo propostas fantasiosas e fingir que está unindo a categoria, quando, na verdade, se dividiu a categoria ao não chamar uma assembleia.

- Manifestação na galeria.

O SR. ÂNGELO – É isso que vocês têm que entender. É isso que o meu sindicato tinha que pôr na cabeça: por que não chamou uma assembleia? De quem é o medo? Da unidade. Quem de fato dividiu a categoria. Respondam! Quem de fato dividiu a categoria? Quem colocou os seus interesses acima dos interesses da unidade?

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Pessoal, silêncio. Dez segundos para você concluir. Vejam bem, todos aqui são companheiros e colegas de trabalho. O fato de um ter divergência do outro devido à proposta não dá direito de desrespeitar. Peço respeito.

O próximo orador a falar para o não é o quarto inscrito, O Sr. Paulo Sinadi, por três minutos.

O SR. PAULO SINARDI - Primeiro, boa tarde aos colegas, aos Srs. Vereadores e à Marcela, representante da gestão. Como todos sabem, o Executivo retirou no final do ano passado o PL 305, numa clara atitude afronta ao Legislativo e as 42 Vereadores que o rejeitaram. Estamos há três anos nessa pseudonegociação para se chegar a um PL lesivo, que

teve o grande mérito de criar um conflito na categoria.

Vereador Alfredinho, que beneficia financeiramente uma parte e relega outra maior ao esquecimento, deixando sem recomposição salarial após 14 anos sem reajuste? Que ignora anos de trabalho dedicados à Prefeitura dos profissionais e reclassifica os colegas que trabalham 25, 30, 35 anos como se tivessem trabalhado 19 anos e meio. Isso é mais que um absurdo, é um roubo.

Vereador Toninho Vespoli e Vereador Ari, que PL é esse que impõe o subsídio jogando todos numa vala comum, não respeitando mérito e os encargos e responsabilidades de posição de chefia, com efetiva compensação salarial e que tira qualquer perspectiva de carreira? Alguns colegas farão da Prefeitura trampolim para outras áreas, não tenha dúvida, aqueles que ficarem deixarão a Prefeitura em segundo plano, oficializando então o detestável bico, que isso nós já escutamos da outra parte, que vieram aqui para fazer bico. Escutamos sim. Que PL é esse onde é declarada a legalidade do subsídio e que deflagrou uma onda de ações diretas de inconstitucionalidade das outras carreiras, colocando a decisão dessa CCJ sub judice? Um PL onde a administração faz política e propaganda enganosa e rasteira, alardeando aos quatro cantos a concessão de um final de 18 mil reais. Isso é mentira. Esse valor seria atingido em 2021 e com a regra de reajuste atual seriam só 14 mil nos dias de hoje.

Um detalhe, Sr. Vereador Eduardo Tuma, em Jundiaí, Vereador Alfredinho, o inicial da nossa carreira tem o salário de 8.500 reais e termina com 31 mil nós aqui brigando por mixaria.

Vereador Alfredinho, é com o senhor que estou falando, por favor, para acabar com todo esse conflito deve e pode ser concedido um abono, pois com a verba já empenhada, de R\$ 88.217.821,67, contemplará um abono anual para todos os dois mil profissionais de 44 mil reais e acabar com essa briga.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Muito obrigado.

Passo a palavra ao Sr. Horácio Calligaris Galvanese pelo “sim”.

O SR. HORÁCIO CALLIGARIS GALVANESE – Meu nome é Horácio Galvanese.

Tenho 61 anos e 26 anos de Prefeitura. Meu salário é de 11.259 e me declaro totalmente a favor da aprovação 713 imediatamente.

- Manifestações na galeria.

O SR. HORÁCIO CALLIGARIS GALVANESE – Na verdade, até me preparei para fazer um discurso ponderado, argumentar com os Srs. Vereadores, mas diante de tamanha manifestação de intolerância, eu acho que a discussão ganha outra característica.

O PL deixa muito claro que não é razoável tamanha disparidade de salários na Prefeitura. Na verdade, o salário que os novos ganham hoje, que não deve passar de três mil reais, certamente, é totalmente incompatível com a atividade que eles exercem. Aliás, é a mesma daqueles que exercem atividade recebendo cinco ou seis vezes mais do que isso.

- Manifestações na galeria.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. HORÁCIO CALLIGARIS GALVANESE – Parem com a intolerância e respeitem a fala das pessoas. Vocês têm o hábito de não respeitar.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

- Manifestações na galeria.

O SR. HORÁCIO CALLIGARIS GALVANESE – Na verdade, essa disparidade só foi possível porque aqueles mais antigos, além do exercício da carreira de eventuais cargos que foram incorporados, ganharam ações na justiça.

Não fosse assim eu estaria ganhando os mesmos 20, 22 mil reais que muito de vocês ganham. É seu direito ganhar isso.

- Manifestações na galeria.

O SR. HORÁCIO CALLIGARIS GALVANESE – Digo mais...

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Silêncio, por favor.

Pessoal, isso aqui não um bate-boca, é um debate.

O SR. HORÁCIO CALLIGARIS GALVANESE – Seria importante acrescentar também que quando se coloca a questão de que os salários deveriam ter um aumento similar, igual, valores de reajuste idênticos, isso é impossível até porque aqueles que já ganharam ações vêm ganhando a mais do que aqueles que exercem as mesmas funções há muito tempo.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Horácio, concluir.

O SR. HORÁCIO CALLIGARIS GALVANESE – Na verdade, o PL... É que é impossível.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Deixem-no concluir.

O SR. HORÁCIO CALLIGARIS GALVANESE – Qual o problema de trabalhar no Tribunal Contas?

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Sr. Horácio, o senhor tem 10 segundos para concluir.

O SR. HORÁCIO CALLIGARIS GALVANESE – Eu não consigo. Não tem como.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Pessoal, aqui ninguém ganhará no grito. Estou tentando conduzir a audiência da melhor forma possível para que todos falar. Agora, vamos fazer silêncio, por favor.

O SR. HORÁCIO CALLIGARIS GALVANESE – Vou concluir rápido.

Em relação à proposta de abono. Os mesmos colegas que apoiaram o substitutivo apresentado ao Legislativo, à revelia da categoria – porque ela não foi consultada -, e que resultou na ação de retirada do PL, por parte do Executivo, agora apresentam a proposta de abono e são os mesmos que não nos deixam falar e ficam criando esse tipo de situação aqui.

- Manifestações na galeria.

O SR. HORÁCIO CALLIGARIS GALVANESE – Registre-se que não houve, novamente,...

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado, Horácio.

O SR. HORÁCIO CALLIGARIS GALVANESE – E essa proposta não esteve presente.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – O tempo já acabou. Obrigado.

O SR. HORÁCIO CALLIGARIS GALVANESE – Só queremos que os Vereadores ponderem essas situações e votem com a consciência de que esse é um projeto que permite uma equiparação adequada.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Silvana.

A SRA. SILVANA – Colegas, Engenheiros, Arquitetos e Geólogos, estou aqui, inclusive, representando a Anis – Associação dos Servidores de Nível Superior da Prefeitura do Município de São Paulo.

Sou Arquiteta da Secretaria de Cultura. Tenho 31 anos de Prefeitura. Não tenho ganho de ações.

Levando em conta que a Anis defende a valorização e a preservação de todos os direitos dos funcionários de carreira e de nível universitário desta Municipalidade; que tem, entre os seus representados, colegas da categoria dos Arquitetos; baseado em seus princípios estatutários, nas decisões de suas assembleias e em toda a sua ação pública, vem se

manifestar contra aspectos do PL 713/15, bem como acrescentar as seguintes considerações.

O PL 713/15 é muito semelhante às Leis nº 16.122 e 16.119, que foram... Bem particular. A remuneração por subsídio, que suprime direitos típicos de carreira, fundamentais à retenção dos servidores qualificados, a integração linear, simplesmente desconsiderando o princípio da igualdade no processo de reenquadramento à nova carreira; o tratamento, também desigual e discriminatório, dispensado a admitidos e não optantes de carreiras anteriores, arbitrariamente punidos economicamente; a quebra na paridade, na prática, entre servidores ativos e aposentados, sendo estes privados da evolução em categorias novas criadas, o que se agravará, ainda mais, em planos sucessivos; a Anis, nesse sentido, ajudou a patrocinar duas ações diretas de inconstitucionalidade, visando a eliminação desses prejuízos que, caso contrário, podem se tornar irreparáveis. Irreparáveis, além do mais, considerando-se que, na semana passada, o Governo municipal, contrariando promessa de campanha do Sr. Prefeito Haddad, declarou ao fórum de entidades que não mudará a lei salarial e reeditará o famigerado 0,01%, que criticara quando candidato.

Se não cumpriu o que prometeu, ainda fez mais...

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Silêncio. Concluindo.

A SRA. SILVANA – Posso concluir?

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Deixem-na concluir.

- Manifestações na galeria.

A SRA. SILVANA – É o que se oferece, também, aos colegas PL 713/15, que renuncia as gratificações, a remuneração justa pelo tempo trabalhado, a paridade e integralidade de suas aposentadorias, ao princípio de remuneração igual para o trabalho igual, promessa também descumprida pelo Sr. Prefeito...

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Acabou o seu tempo. Muito obrigado.

Terei de abrir a Comissão de Justiça. Vou abrir e, depois, suspender.

- Trabalhos suspensos e reabertos sob a presidência do Ver. Alfredinho.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Dando continuidade às inscrições, o próximo orador a falar pelo “sim”, é a Sra. Sarita Tobias, funcionária da Secretaria Municipal de Serviços.

A SRA. SARITA TOBIAS – Boa tarde. Eu queria pedir calma e respeito por todos nós aqui, porque isso é muito estressante. Vamos só focar no que é principal. Eu até, no ano passado, vestia a camiseta preta, Srs. Vereadores. Por que eu mudei de lado? Porque eu ganho 3,3 mil reais por mês. Eu não posso esperar esta gestão acabar e outra entrar. Por favor, eu pedi silêncio. É só respeito, gente. É só isso.

Há, na Prefeitura, um curso de participação das políticas públicas, dos espaços públicos. Todos nós deveríamos fazer, para saber que, quando um fala, o outro escuta. Por favor.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. SARITA TOBIAS – Então, por que eu estou vestindo branco hoje? Para mim, no depoimento pessoal, é muito complicado vir aqui e dizer: “Subsídio já”, mas olhem o ponto aonde nós chegamos. Por que nós chegamos a esse ponto? Por que o Governo eu entendi a partir da reunião que o Sr. Secretário Walter fez, aberta para todos participarem, ouvindo da sua boca que, em nenhum momento, o Governo faria outro tipo de alteração que não fosse por subsídio. Isso nunca nos foi dito por nenhuma das entidades. Eu vesti a camisa, eu fiz greve, eu descii o Martinelli fazendo paradinha em todo mundo e hoje eu tenho que ouvir de colega que eu fiz um concurso para ganhar 1,8 mil reais e eu devia me conformar com isso, mas quando era eu engrossar uma greve, valia a pena. Eu esperava um argumento mais inteligente desses nossos colegas. (Palmas)

Então, eu acho que o desrespeito extrapolou, e a desunião não é feita pelo Governo não, a desunião é feita pelos interesses inclusive do nosso Sindicato dos Arquitetos, e espero resultado da nossa campanha, para carregar o resto do Estado, ou seja, eu, ganhando 3,3 mil reais por mês, tenho que carregar a campanha de todos os arquitetos do Estado. É isso que vocês estão pedindo para nós.

Então, o que nós queremos no início de carreira? Nós queremos a chance de escolher. É isso que a gente quer, a chance de escolher. Nós somos maiores. Eu tenho 53 anos. Eu entrei há 2,5 anos aqui na Prefeitura. Ninguém vai me dizer que eu não sei escolher, e não precisa haver paternalismo interno, dizendo quem sabe da verdade. Cada um aqui é maior e vacinado, para saber o que é melhor e o que é pior para si. Se aqui for um cavalo de troia e nós entrarmos nela, vai ser problema nosso. Têm a opção de continuar onde estão.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra o Sr. Mário Ferreira, da

Subprefeitura de Ipiranga, que vai falar pelo “não”.

O SR. MÁRIO FERREIRA – Bom, primeiramente, vamos cumprimentar o Sr. Presidente, nobre Vereador Alfredinho, o Vereador Ari Friedenbach, Vereadores que estão nos acompanhando, a Sra. Marcela, colegas arquitetos e engenheiros da Prefeitura de São Paulo. Nós devemos nos orgulhar por sermos funcionários públicos, sim, com orgulho. Nós somos funcionários da Prefeitura, e não funcionários de nenhum dos Governos que passaram ou que passarão por nossa Prefeitura. (Palmas)

Nós prestamos os nossos serviços para população de São Paulo, e todos nós sabemos da nossa importância; e o Governo tem que reconhecer a nossa importância. Nós estamos aqui falando com uma categoria só. Nós temos que nos unir. Nada conseguiremos separados. A nossa luta começou há muito tempo, e governo a governo, nós temos só perdido campanhas, e não podemos continuar perdendo dessa maneira.

A nossa luta começou na época do Sr. Paulo Maluf, ex-Prefeito da cidade de São Paulo, que, por causa do congelamento, cortou nossos salários pela metade, quando havia uma inflação galopante de mais de 100%. A partir daí, algumas pessoas ganharam ações? Sim, ganharam, mas ninguém aqui roubou nada. Ninguém aqui é criminoso, mas a nossa vida e a vida dos nossos colegas foi decidida pela decisão de um juiz, porque alguns ganharam e outros perderam. Quem ganhou, ganhou o seu direito, que deveria ser o salário de todos nós. (Palmas)

Temos que nos fazer respeitar sim, porque, depois disso, tivemos um abono, a reestruturação do Pitta, que nos fez incorporar um abono que era mais da metade do nosso salário. Na sequência, houve a reestruturação do Sr. Kassab, que nada serviu e que tirou a nossa característica de arquitetos e engenheiros e passamos a ser especialistas. Agora, com um governo que deveria defender nós trabalhadores - Sim! Porque é o Governo do Partido dos Trabalhadores - nós recebemos um golpe pior: um golpe contra o funcionalismo público, que está querendo instaurar um subsídio tão nefasto que vai nos fazer perder as últimas conquistas

que tivemos como funcionários.

Nós somos diferenciados. Nós merecemos respeito! Esse projeto é uma esmola a quem ganha muito pouco, tirando de quem tem anos acumulados do serviço público. Temos de lutar para todos por uma carreira justa. Não é justo uma carreira, para quem entra, terminar em 25 anos e, para quem está nela, concluir em 35.

Temos de nos unir. Só a união nos fará vencer essa batalha. Obrigado colegas. Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Próximo a falar pelo 'sim', o engenheiro Francisco Juvêncio.

O SR. FRANCISCO JUVÊNCIO – Boa tarde a todos, à Mesa composta, a todos os colegas. Meu nome é Francisco Juvêncio, sou engenheiro, trabalho na Secretaria de Licenciamento. Tenho pouco mais de três anos na carreira de engenheiro da Prefeitura, visto que trabalhei 20 anos em outro cargo, também na Prefeitura.

Fiz a opção por trilhar esse novo caminho, sendo que eu não sabia que iria passar por essas agruras. Não passei que passaria por uma situação como essa, onde temos situações até de desrespeito em função de discordar nessa questão do projeto. As pessoas ficam fazendo manobras para tentar barrar a aprovação da nossa reestruturação, como é o caso dessa proposta quanto ao abono.

Sinto que a Lei 14.600, que criou a GDA, é incoerente. Ela concede essa gratificação, desde o início, para quem estava aposentado. E nós que estamos na ativa, se ficarmos afastados por motivos de saúde – para tratar da nossa saúde -, deixamos de receber.

Então o salário, de fato, de engenheiro, atualmente, é R\$ 1.857,26, porque a GDA inicial de R\$ 650,04 até a primeira avaliação e que, depois, passa para R\$ 1.300,08, ela, de fato, não existe.

Nós temos, aqui, o Josias – não sei se está presente -, mas, certo dia, ele não conseguiu levantar-se da cama. Deparou-se com um problema na coluna. Teve de passar por

cirurgia. E ele tem uma filha de 9 anos e esposa para cuidar. Ele contava, até então, com a GDA. A partir de então ele passou a receber R\$ 1.850,26, porque não fez jus à GDA por estar afastado para tratar da saúde. Ele pode, inclusive, mostrar a cicatriz nas costas por causa da cirurgia à qual ele teve de se submeter. Então qualquer um de nós está sujeito a estar bem hoje e, amanhã, não estar.

Portanto, a Lei 14.600, que é a bandeira dessa associação – Ceam – e que eles a usam para dizer que têm feito algo por nós, de fato, é perniciosa. Então agora eles vêm com essa nova manobra de apresentar um projeto de um novo abono. Não. Nós precisamos de uma reestruturação pela qual nossa carreira possa contemplar, de fato, o mínimo para que tenhamos condições de subsistência.

Nós temos exemplo, aqui, de pessoas que vieram falar de seu holerite, que ganham R\$ 9 mil. Com a reestruturação, ele pode ir à R\$ 14 mil. Temos, ali, o vice, o ex, vejam o ex-presidente da Cean, o Enéas, a transparência está lá. Ele poderá, inclusive, ter aumento de quase 90%, mas ele se sente ludibriado por outras pessoas que tentam enganá-lo em função dessa associação perniciosa que é a Cean.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Próximo orador é o Sr. José Carlos Lima.

O SR. JOSÉ CARLOS LIMA – Como todos estão falando, sou arquiteto, tenho 36 anos de trabalho na Prefeitura. Estou no final da carreira, há quase dez anos. Entrei na Prefeitura e segui carreira nela. Trabalhei, exerci funções, recebi por elas, outras não, incorporei cargos, incorporei verba de gabinete. Tenho um salário médio de R\$ 10 mil.

Eu ganharia, sim, com esse projeto, agora. Mas, sabemos muito bem que esse ganho de agora o que ele vai trazer? Ele estaria me roubando mais de dez anos de trabalho e que nunca mais seria repostos. Ele estaria roubando minha aposentadoria integral que, em

todos esses anos de trabalho, é um direito adquirido.

E não adianta falar que ficar no S-13 ou S-14, ou o que seja, no meio da carreira, eu vou tê-la, porque, numa próxima reestruturação, é certeza que a administração vai querer jogar mais cargos em cima e vai me manter lá embaixo. Isso até o ponto – como já aconteceu com professores de estado – que chegaram e eu estar ganhando menos que o inicial deles. Apesar de ter-me aposentado integral.

Então esse é um problema que a maioria que está aqui está pensando. É por isso que não cedemos por R\$ 5 mil ou R\$ 10 mil que seja. Queremos justiça e consideração ao nosso tempo de trabalho.

Outra coisa que gostaria de dizer: o governo que vem, sucessivamente, com essa lei salarial dando 0,01% arroxa os nossos salários, deixa todos nós na miséria. E, depois, vem e quer impor – como está impondo – um projeto nefasto, que tira todos os nossos direitos e que acaba com nossa carreira, que tira nossa perspectiva de futuro. E ainda joga nessa Casa essa discussão: dividindo uma categoria que brigava em conjunto até o ano passado. Brigava por um projeto de carreira justo, que beneficiava todos. Ele divide essa categoria, acenando e dizendo para todo mundo: “Ou é isso que dou, ou é nada”.

Com essa proposta, ele conseguiu rachar a categoria. Conseguiu pegar os novos que estão, sim, necessitando de dinheiro, como os antigos também estão, mas que aqueles não conhecem e nem tem a mesma perspectiva de carreira que nós. Então, dividiu e jogou, nessa Casa, a conta dessa divisão.

Aprovando ou rejeitando o projeto, o que o governo conta é que metade da categoria vai estar contra a Câmara, contra essa decisão. É isso que o Governo quer, ele não quer discutir, não quer negociar.

Em todas as mesas de negociação, a proposta dele sempre voltou essa. Ele nunca negociou nada, sempre foi piorando.

- Presidente faz soar a campainha

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado.

O SR. FRANCISCO JUVÊNCIO – Ele tirou o 305 e conseguiu apresentar um projeto pior, tirando mais dinheiro.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Próximo é o Sr. Carlos Ribeiro, engenheiro.

Se todo mundo colaborar, vai dar para ouvir todos os inscritos. Faltam duas pessoas de cada lado. O Vereador Aníbal pediu a palavra e depois a Marcela encerra.

Carlos, é com você. Três minutos.

O SR. CARLOS – Meu nome é Carlos. Sou engenheiro do Iprem. Entrei no concurso em 1985, portanto, estou há 30 anos na Prefeitura. Estou no padrão S13, que seria o último padrão da carreira e terei um aumento substancial com esse novo projeto. Não tem como esperar porque isso já aconteceu na época do Maluf. A Sean, na época ela era a favor, foi feita uma votação na Subprefeitura da Sé, o pessoal não aceitou a reestruturação da época, O que aconteceu? Deu um abono de 750 reais. Nós ficamos dois anos ganhando isso. Todas as outras carreiras ganharam mais do que a gente. Depois de dois anos houve um projeto semelhante, que fomos obrigados a aceitar, não havia opção, como é o caso agora: ou é isso ou é nada. Tem gente que pode esperar porque ganhou processo e está ganhando muito mais do que eu. Então, esses podem esperar.

Tem mais um problema. Eu sou engenheiro do Iprem e lá há dois engenheiros. O que acontece? Tiraram os engenheiros do Iprem desse projeto. Desde o início o Iprem segue a remuneração da Prefeitura desde a Lei 10.430, de 1988; a Lei 12.568, de 98; a Lei 14.591, de 2007, que criou o cargo de Especialista em Desenvolvimento Urbano; a Lei 16.119, de 2015,

que era a inicial, que entrou o quadro de Analista de Administração e não englobou os engenheiros.

O que aconteceu? Apresentaram o projeto 305/15 e os engenheiros do Iprem estavam fora, esqueceram o artigo. Agora, a administração prometeu que entraríamos no substitutivo que foi o 713/15. Novamente, estamos fora.

Solicitamos que incluam uma emenda nesse projeto ou a própria administração. Somos a favor. O que aconteceu no Iprem? Eles falam que a proposta da Prefeitura é ruim, só que a Lei 16.119, de 2015, todos, sem exceção, do Iprem aceitaram. Todos os contadores, assistentes sociais e administradores aceitaram. Então, quem não for a favor que não aceite. Vocês podem esperar, então esperem.

- Manifestações na galeria.

O SR. CARLOS – Nós vamos ser beneficiados, inclusive você que acabou de falar. É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra o Sr. Breno Berivoski.

O SR. BRENO BERIVOSKI – Eu vou ler para ser bem ágil e ter as ideias muito claras porque não é novidade o que andamos pensando.

Então, não é uma atitude de última hora, não é algo que não temos pensado muito e é por isso que somos contra o PL 713.

Srs. Vereadores e colegas presente, eu pediria que os Vereadores não permitam que, mais uma vez, o Executivo promova outra desordem em nossa carreira de engenheiros e arquitetos. A proposta atual é a mesma daquela rejeitada pela categoria em audiência pública histórica ocorrida em 16 de setembro do ano passado e que os nobres Vereadores na sua digna função perceberam a maldade e rejeitaram o PL 305, pelo que agradecemos imensamente.

O governo, covardemente, retirou o referido PL e, agora, tenta novamente enganar tantos aos engenheiros e arquitetos quanto aos Srs. Vereadores. Que democracia é essa que usa e abusa da confiança dos seus interlocutores? Perguntem à nossa categoria qual é o grau de insatisfação e desrespeito para a implantação desse subsídio.

Perguntem, também, a essa equipe da Secretaria de Gestão porque, após três anos de conversa surda com os representantes de nossa categoria, insistem em nos prejudicar.

Neste momento, o Governo, desesperado para nos levar ao golpe fatal, recorreu às entidades parceiras dele para tentar nos dividir e perpetuar as injustiças com essa categoria.

Senhores Vereadores, todos os senhores sabem que a nossa categoria nunca solicitou nenhum novo projeto de reestruturação para a carreira de Engenheiros e Arquitetos. A única coisa que reivindicamos é que a Prefeitura Municipal de São Paulo cumpra com a sua obrigação constitucional de, anualmente, reajustar os nossos vencimentos aos níveis do índice inflacionário, garantindo a não configuração de rebaixamento salarial autorizado por uma legislação.

No entanto, a Prefeitura Municipal de São Paulo, de forma leviana, vem se valendo de uma legislação municipal que, ao longo dos anos, nos impõe maior dificuldade para o sustento de nossos filhos, nos tirando a dignidade e o respeito de nossos próprios familiares, que não entendem que empresa é essa que não reajusta salários. “Que política é essa?”, perguntamos. A quem interessa esse desmonte? Como se pode alegar falta de recursos, se nós somos colaboradores e conhecedores do aumento exponencial das receitas anuais desta cidade? Por que essa política arrochante sobre nossas cabeças? Por que a Prefeitura reajusta os serviços das empresas contratadas, inclusive a atualização salarial dos Engenheiros e Arquitetos que nelas atuam? Por sua vez, para nós, Engenheiros e Arquitetos concursados, essa mesma Prefeitura impõe 0,01% ao longo dos últimos nove anos, sem falar nos Engenheiros e Arquitetos oriundos da Lei 12.508.

Ou seja, 18 anos trabalhando, cumprindo as funções, sendo avaliados para nosso aprimoramento...

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado, Breno... Obrigado.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. ALFREDINHO (PT) – Tem a palavra a Sra. Patrícia.

A SRA. PATRÍCIA – Boa tarde a todos.

Creio que estamos, aqui, em quase 400 colegas, amigos, companheiros e solidários. Tenho 25 anos de Prefeitura.

Acho que, como bem o Ângelo colocou aqui, este é um dia muito triste para a nossa categoria. Quem é mais próximo de mim, sabe que tive uma tragédia pessoal, vítima de intolerância, nos últimos meses. Então, gritar que sou pelega, esse é mais um caso de intolerância que, para mim, me fortalece. O que menos queremos é a intolerância.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Vamos fazer silêncio, por favor.

A SRA. PATRÍCIA – Assim como a colega veio e disse que até, há um ano, estava ali, eu represento o Sindicato dos Geólogos. Já estamos reestruturados na Lei nº 16.119, e me cabe estar aqui para dizer que defendemos o PL 713/15 porque é uma simples questão de cumprir a legislação federal.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PATRÍCIA - Ilegal, mas estamos na mesma situação dos engenheiros e arquitetos.

Então as pessoas podem gritar, xingar de pelego, mas, de fato, quem está aqui está querendo não ser massa de manobra de mais ninguém, nem de entidades, nem de Vereadores que prometem projetos alternativos que acabam não acontecendo.

Nós trabalhamos com muitos colegas recém-formados e, de fato, coloco a essa Casa: a situação ficou num ponto que é insustentável.

Portanto, em nome da justiça estou aqui defendendo a nossa paridade enquanto entidade e os colegas que precisam ficar. Todos têm orgulho de estar aqui.

Abaixo a intolerância de qualquer tipo! E os colegas mais antigos estão fazendo assédio moral para os colegas mais novos.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho – PT) – Próxima oradora é Ana Cristina Fonseca.

A SRA. ANA CRISTINA FONSECA – Boa tarde a todos. É uma pena, Srs. Vereadores e colegas presentes, que estejamos nesse embate.

Em primeiro lugar, é triste porque estamos numa audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça. Até hoje, no Município de São Paulo, não foi aprovado o PLO 3 de 2014 que alteraria a Lei Orgânica, possibilitando que se votasse um projeto para pagamento em subsídio dos funcionários efetivos do Município de São Paulo.

Então isso é totalmente legal. É muito triste que a CCJ já tenha aprovado isso, antes até da audiência pública, onde seriam arguidos o Executivo, os Vereadores, e onde teria sido colocada uma série de questões e, principalmente, a questão de legalidade do Município.

As duas carreiras que já foram reenquadradas por subsídio à revelia da aprovação do PLO que altera a Lei Orgânica, as duas tiveram ações diretas de inconstitucionalidade protocoladas aceitas pelo Poder Judiciário.

Então quando o Executivo coloca que uma das razões do pagamento por subsídio é simplificação da folha de pagamento, em função das várias ações judiciais, isso é uma grande mentira, porque a aprovação das duas leis de subsídios virou uma indústria de ações judiciais. As duas ADINs protocoladas e cada pessoa que se reestruturou está entrando com

três ações judiciais, no mínimo. Afinal, está sendo desrespeitado o pagamento de quinquênio e sexta parte que fazem parte da Lei Orgânica do Município. Estão sendo desrespeitadas: a incorporação de cargos e a paridade entre ativos e inativos e isso vai gerar, no futuro, uma desestruturação muito maior da folha de pagamento e de toda a estrutura de carreiras.

É muito triste que se gere tudo isso depois da retirada do PL 305, pois esse projeto tinha um substitutivo proposto pelas entidades representantes da carreira e que, na verdade, era um pedido de diálogo dessas mesmas entidades para com o Executivo e a Câmara. A Câmara até se sensibilizou, sendo que 43 Vereadores apoiaram esse substitutivo. Mas o que o Governo fez, o que o Executivo fez? Ao invés de dialogar com todos, retirou o projeto. É lamentável!

É uma prova de autoritarismo lamentável do Executivo. Então, tudo que nós queremos é sermos ouvidos pelo Executivo, que não desmonte a carreira dos engenheiros e dos arquitetos efetivos do Município de São Paulo, que não faça o que está fazendo com os novos em troca de promessa de reajuste de três mil reais no salário, deixando de lado toda uma carreira, tudo que, até hoje, nos foi assegurado.

Obrigada!

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Pessoal, vou passar a palavra por dois minutos ao Vereador Aníbal, e depois ao Executivo, e vamos encerrar. Vamos ficar sem ouvir duas pessoas, dos dois lados. Eu tenho que encerrar às 15h.

Tem a palavra o Vereador Aníbal, por dois minutos.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Não vai dar, e não é uma pessoa a mais ou a menos a falar que vai fazer a diferença.

(NÃO IDENTIFICADO) – Este lado não teve o direito de falar porque foi interrompido o tempo todo. Desrespeitaram o direito do nosso lado! É uma fala a menos!

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Nós podemos fazer mais audiências públicas.

Tem a palavra o Vereador Aníbal por dois minutos.

Pergunto: não está intercalado? Aconteceu, fazer o quê?

- Manifestação na galeria.

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Quero cumprimentar o Vereador Alfredinho, colegas Vereadores, colegas engenheiros, geólogos e arquitetos do Município de São Paulo.

Este momento é muito triste para mim.

Quero justificar que cheguei atrasado, eu sou da Comissão de Saúde e estava com o Secretário Padilha numa audiência pública, não podia deixar estar, era importante a minha presença. E não tão importante quanto vir aqui, e acabei não conseguindo sair, e esperava vir porque eu, engenheiro da Prefeitura da cidade de São Paulo, quando assumi, fui à tribuna dizer do orgulho que tenho de ser engenheiro do Município de São Paulo. É a categoria que mais representa a parte técnica neste País. (Palmas) São Paulo é grande, São Paulo é gigante por causa dos engenheiros e dos arquitetos. Isso que é importante.

Quando estava vindo para cá, vinha pensando que já defendemos muitas categorias, médicos, professores, guardas metropolitanos, auditores fiscais, uma infinidade delas.

Pessoal, vou falar uma coisa a vocês, de colega para colega, sem tomar partido, nunca vi uma coisa dessas. E Vereador Toninho Vespoli, do PSOL, aquela coisa radical, incrível, ele também nunca viu isso! Eu perguntei para ele...

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Menos, menos...

O SR. ANÍBAL DE FREITAS – Não, não, no teu partido é outra coisa, é diferente.

Pessoal, deixa eu lhes dizer, estamos escutando um lado e escutando o outro lado, todo mundo têm seus motivos, suas razões. Quero lhes dizer que do lado de cá, colegas meus, engenheiros e arquitetos, nós vamos aqui; e vocês, um dia, vão ser essa turma daqui, futuramente! (Palmas) E quero mais, quero que vocês... Ninguém está falando em salário, nada disso aqui! Quero que vocês sejam também motivo de orgulho, o quanto nós temos orgulho dessa turma aqui!

(Palmas)

—————
Pessoal, sou do lado – e não estou pegando o partido de ninguém -, eu ainda sou do diálogo, sou da conversa, eu quero ainda defender. Estava conversando com a Marcela, ela não tem a capacidade ainda de dar uma resposta para mim, ou melhor, não tem a deliberação, porque capacidade ela tem bastante, nós já conversamos.

Estava lá e vim pra cá para falar com ela. Ainda vamos falar de várias coisas, não querendo assim atrapalhar projeto de um ou de outro, mas o Governo fez sim essa divisão, e essa divisão, pessoal, não pode existir, não pode! Vamos torcer para que eles ganhem, porque seis contos é pouco também! Um fala em onze contos, e eu fui Subprefeito e ganhava cinco mil reais, eu, que sou funcionário de carreira. Isso aí é um salarinho muito pequeno, muito ingrato. Então vamos conversar, vamos tentar dialogar, nesse curto prazo, para que ninguém saia prejudicado!

Muito obrigado.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Marcela, tem a palavra por cinco minutos.

A SRA. MARCELA TAPAJÓS – Obrigada. Vou ser breve. Começo falando de um fato, porque fato é fato.

Hoje nós temos uma tabela oficial que vai de R\$ 2.507,00 a R\$ 7.404,00 reais. No entanto, essa tabela é uma mentira, como aqui já foi dito. E eu disse que estávamos aqui pra fazer uma proposta para a correção de distorções. Por essa tabela é uma mentira? Porque quase ninguém recebe, acredito que ninguém receba essa remuneração de R\$ 7.404,00 reais, que seria oficialmente a última. E não recebe por várias questões relacionadas à trajetória de cada um, está relacionada com as incorporações, e às ações judiciais, que são legítimas, que estão previstas em lei, e as decisões judiciais têm de ser aplicadas. Ninguém está aqui para tirar legitimidade, mas temos que chegar num acordo. Essa lógica é ruim para a carreira, no longo prazo, não permite que valorize oficialmente a tabela e crie condições mais igualitárias para as pessoas, mais segurança jurídica no decorrer da sua trajetória. É consenso que temos que acabar com essa lógica.

Queria dizer a vocês que foram feitos todos os esforços para chegarmos à melhor proposta possível.

- Manifestação entre os presentes.

A SRA. MARCELA TAPAJÓS – A proposta que aí está é a possível, no atual cenário econômico.

Quero dizer a vocês que estamos negociando em condições que não são fáceis, são muito desafiadoras, enquanto há entes com muita dificuldade, inclusive, de cumprir com suas obrigações mensais, nós, além de cumprirmos com nossas obrigações de pagamento das remunerações, estamos negociando, cumprindo todos os acordos que firmamos desde que

chegamos aqui.

- Manifestação entre os presentes.

A SRA. MARCELA TAPAJÓS – Daí porque quero dizer a vocês que essa proposta, ela não fere direitos adquiridos! Daí por que...

- Manifestação entre os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – (Fazendo soar a campainha) – Silêncio, por favor.

A SRA. MARCELA TAPAJÓS – Então se o PL for aprovado, tenho certeza de que nenhuma injustiça será cometida!

- Manifestação entre os presentes.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

A SRA. MARCELA TAPAJÓS – Ainda há tempo, vou concluir minha fala em breve.

Daí porque essa proposta vai permitir que continuemos negociando, que continuemos discutindo em melhores condições de negociação. É disso que estamos falando, falamos de um PL que vai valorizar muito a tabela dos engenheiros, vai permitir uma boa negociação no futuro! É isso!

- Manifestação entre os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Muito obrigado, Marcela; muito obrigado a todos e todas que estiveram aqui.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

- Manifestação entre os presentes.
